Processo CEE Nº 0763/78

INTERESSADO: Colégio Comercial de Vila Prudente, Capital

ASSUNTO: Regularização de vida escolar

RELATOR: Cons. Pe. L. Corbeil

PROCESSO CEE Nº 1163/78 - CSG - APROVADO EM 20/09/78

1. HISTÓRICO

1.1 O presente protocolado trata de regularização da vida escolar de Alcina de Fátima Miguel, JOão Rodrigues Maldonado e Luiz Camilo Cavichiolli, alunos do Curso Técnico de Contabilidade do Colégio Comercial de Vila Prudente.

1.2 Os alunos Alcina de Fátima Miguel e Luiz Camilo Cavichiolli com documentação hábil da conclusão de curso colegial (Fls. 20/36), matricularam-se no Colégio Comercial de Vila Prudente, sendo que:

1.2.1 Alcina de Fátima Miguel apresenta o seguinte histórico escolar:

- cursou, em 1972, a 3a. série do curso Técnico de Contabilidade no Colégio Comercial "Joaquim Nabuco" (fls. 21), atualmente Colégio Comercial de Vila Prudente;
- em 1974, cursou a 2a. série do 2º grau, do Curso Técnico de Contabilidade no Colégio Comercial de Vila Prudente (fls, 24).

1.2.2 Luiz Camilo Cavichiolli:

- cursou a 3a. série do 2º grau no Colégio Comercial de Vila Prudente, conforme fls, 37;
- em 1974, cursou a 2a. série do 2º grau, também no referido colégio, (fls. 39);

1.3 O aluno JOão Rodrigues Maldonado apresentou documento (fls. 27/28) no qual consta em "Observações - transferência expedida em 30/3/73, para estabelecimento congênere, nos termos da legislação vigente, com direito de matricular-se no 3º ano de 2º grau."

1.3.1 Cursou, em 1973 a 3a. série do Curso Técnico de Contabilidade no Colégio Comercial de Vila Prudente (fls. 29).

1.3. Em 1974, cursou a 2a. série do 2º grau, no referido estabelecimento (fls. 31).

1.4 Os referidos alunos, de acordo com fls. 11/13, submeteram-se a exames de adaptação das disciplinas não estudadas nas escolas de origem, referentes à 1a. e 2a. séries e particularmente às matérias profissionalizantes.

1.5 Contudo a sra. Supervisora Pedagógica da 2a. IREP, responsável pelo Colégio Comercial de Vila Prudente, considerou irregular a situação escolar dos referidos alunos: segundo parecer seu, não deveriam ter sido matriculados na 3a. série do "Curso Técnico de Contabilidade", como ocorreu, mas na 2a. série. A autoridade escolar supra mencionada não aceitou, pois, as adaptações feitas da 1a. e 2a. séries para a 3a.

Então, em obediência às determinações emanadas da autoridade responsável pela supervisão da escola, os alunos cursaram a 2a. série em 1974, depois de terem freqüentado a 3a. série em 1973, concluindo assim o Curso Técnico de Contabilidade (fls. 41 e 42).

1.6 Por ocasião da expedição dos diplomas, a Direção do Colégio Comercial não soube precisar o ano do término do curso, se 1973 ou 1974.

1.7 O protocolado, após tramitar normalmente, foi encaminhado a este Conselho pela COGSP, através do Gabinete do Senhor Secretário da Educação, considerando "deveras irregular os casos em apreço, que envolvem, em última análise, regularização de vida escolar e de outras medidas pertinentes".

2. APRECIÇÃO

2.1 Concordamos com a opinião da Supervisora Pedagógica da 2a. IREP, que considerou irregular a matrícula feita em 1973 na 3a. série do curso Técnico de Contabilidade, por alunos portadores de certificados de conclusão da 2a. série ou 3a. série de outro curso chamado de 2º ciclo, mediante exames de adaptação das matérias profissionalizantes não estudadas nas séries anteriores. É de se lamentar que a fiscalização escolar só tenha detectado o ocorrido após terem os alunos concluído a 3a. série.

2.2 Na ocasião em que a Lei 5692 estava em fase de implantação a sra. Inspetora valeu-se da Resolução CEE nº 19/65 que diz na letra "C" de seu artigo 8:

"a transferência de aluno proveniente de outro curso de 2º ciclo para o normal de grau colegial, ou para qualquer curso de ensino técnico, somente será permitida para a 2a. série".

2.3 Este Conselho vem, há muito tempo, firmando normas através de seus pareceres, no sentido de que, nas habilitações profissionais, não procede o sistema de adaptação, mas sim o cumprimento, na íntegra, da carga horária mínima das disciplinas de Formação Especial. Mais ainda, essa Formação Especial, no caso de Qualificação parcial,

poderá ser atendida em um ano; o que não poderá ocorrer, no entanto, quando se tratar de uma Habilitação plena, cuja exigência de carga horária mínima é de 900 a 1200 horas (Parecer CEE n° 1060/75 item 7).

- 2.4 O Parecer CEE n° 331/75, também do nobre Conselheiro Erasmo de Freitas Nuzzi, é ainda mais explícito. Só permite a matrícula na 2a. série de 2° grau para alunos portadores da conclusão do 2° grau que desejem iniciar curso profissionalizante de Habilitação plena, sem prejuízo do cumprimento integral da carga horária das disciplinas profissionalizantes.
- 2.5 Mesmo que os casos em tela sejam anteriores aos pareceres esclarecedores a respeito da transferência ou matrícula em cursos profissionalizantes, ainda vigorava o artigo 8 da letra C da Resolução 19/65 que, apesar de ser lacônico, tinha seu valor pedagógico, e encontra explicação nos pareceres acima citados: CEE n° 331/75 e 1060/75.
- 2.6 Portanto, a solução dos: casos em tela nos parece de fácil aplicação. Cabe aos órgãos competentes da Secretaria do Estado da Educação verificar se os interessados, objeto deste Parecer, cumpriram integralmente a carga horária mínima regimental de Formação Especial na 3a. série e posteriormente na 2a. do curso Técnico de Contabilidade. Em caso negativo, deverão completá-la até cumpri-la integralmente. Em caso positivo, a Escola poderá emitir o diploma adequado, considerando a 2a. série como complemento da carga horária de Formação Especial do curso Técnico de Contabilidade, porque, de acordo com o Parecer CEE n° 1949/74, os alunos já completaram a Educação Geral: dois que iniciaram com certificados de conclusão de 2° grau e um terceiro que o conseguiu na 3a.

CONCLUSÃO

À vista do exposto, somos de parecer que sejam convalidados os atos escolares praticados por Alcina de Fátima Miguel, Luiz Camilo Cavichiolli e João Rodrigues Maldonado no curso Técnico de Contabilidade do Colégio Comercial de Vila Prudente. A Secretaria de Estado da Educação verificará se estes alunos cumpriram integralmente, nessas duas séries cursadas, a carga horária mínima regimental da Formação Especial do citado curso. Em caso afirmativo, a Escola poderá emitir o Diploma com a data em que foi completado o curso. Em caso negativo, deverão os alunos completar essa carga horária até o seu cumprimento integral

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU, adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres conselheiros: Antônio F. da Rosa Aquino, Hilário Torloni, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Roberto Moreira.

Sala da CEEG, em 6 de setembro de 1978

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES - Presidente.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 20 de setembro, de 1.978

a) Cons. MOACYR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
Presidente